

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Luiza Malheiros Ferreira

**ACESSIBILIDADE EM EVENTOS:
uma análise da Feira do Livro de Porto Alegre 2015**

Porto Alegre
2015

Luiza Malheiros Ferreira

**Acessibilidade em Eventos: uma análise da Feira do Livro de Porto Alegre
2015**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Prof^a. Ms. Ana Cristina Cypriano Pereira

Porto Alegre
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Cursos) intitulado Acessibilidade em Eventos: uma análise da Feira do Livro de Porto Alegre 2015, de autoria de Luiza Malheiros Ferreira, estudante do curso de Comunicação Social – habilitação Relações Públicas, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, 24 de novembro de 2015.



Assinatura:

Nome completo do orientador: Prof. Ms. Ana Cristina Cypriano Pereira

Luiza Malheiros Ferreira

**ACESSIBILIDADE EM EVENTOS: UMA ANÁLISE DA FEIRADO LIVRO DE
PORTO ALEGRE 2015**

Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social – habilitação em Relações Públicas, a ser apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Comunicação Social – habilitação em Relações Públicas.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Mr. Ana Crisitna Cypriano Pereira

Prof. Dra. Mônica Pieniz

Prof. Dra. Enói Dagô Liedke

Porto Alegre, 24 de novembro de 2015

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha professora e orientadora Ana Cristina Cypriano. Além de me ajudar nesse trabalho, ela me inspirou durante a graduação, se tornando uma das pessoas que influenciaram meu caminho.

Também agradeço à minha família. Em especial, à minha mãe, que me aguentou em todos finais de semestre durante esses cinco anos de faculdade. Ao meu pai, pela compreensão nesse, e em todos, períodos. Ao meu irmão, que mesmo longe consegue se fazer presente. À minha avó, que sabe o que é Relações Públicas desde que informei minha escolha em seguir essa carreira e que sempre me apoiou em tudo. Agradeço, também, às minhas gatas que me fizeram companhia durante as horas e horas do desenvolvimento desse trabalho, em cima da mesa. do teclado do computador ou do meu colo.

Agradeço ao meu namorado que esteve comigo durante toda feitura desse trabalho e que me acompanhou na coleta de dados, inclusive me ajudando com ideias e tirando fotos. Obrigada pelas palavras de motivação.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus amigos que sempre me apoiam e acreditam em mim, me ouvindo reclamar e comemorando comigo.

E a todos que, de alguma maneira, contribuíram para que esse trabalho fosse realizado, assim como todos que cruzaram meu caminho durante a faculdade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cadeirante na Feira do Livro.....	40
Figura 2 – Jovem com pé engessado	41
Figura 3 – Calçada portuguesa	43
Figura 4 – Chão de paralelepípedo	44
Figura 5 – Cadeira Motorizada.....	44
Figura 6 – Área Internacional	46
Figura 7 – Rampa com desnível	46
Figura 8 – Banca rebaixada e inclinada	48
Figura 9 – Cabos.....	49
Figura 10 – Mapa da Feira do Livro distribuído ao público.....	51
Figura 11 - Mapa da Feira do Livro afixado no local	52
Figura 12 – Mapa da Feira em preto e branco	53
Figura 13 – Programação com destaque na atividade com tradução para Libras ...	54

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a acessibilidade em eventos, sendo o objetivo analisar a acessibilidade física e comunicacional da Feira do Livro de Porto Alegre edição 2015. Ao longo do estudo é realizado um resgate histórico sobre o tema, além de uma reflexão sobre como a acessibilidade é constituída na sociedade atual. O profissional de relações públicas e o seu papel como especialista em públicos também constitui o estudo frente à situação apresentada. O estudo aborda os eventos enquanto uma ferramenta de comunicação e a relação com o profissional nesse contexto. O trabalho foi desenvolvido através de revisão bibliográfica na qual foram discorridos os conceitos de acessibilidade, inclusão social, eventos, relações públicas e públicos, estudo de caso com observações e entrevista. O objeto de estudo foi a Feira do Livro de Porto Alegre edição 2015. Observou-se que embora as acessibilidades física e comunicacional já estejam presentes, há ainda muitas carências sobre o tema, ampliando as possibilidades e a importância da atividade de Relações Públicas.

Palavras-chave: Acessibilidade, Relações Públicas, Comunicação, Eventos, Pessoas com Deficiência, Público.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ACESSIBILIDADE E ALGUNS CONTORNOS	12
2.1 A DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA HISTÓRIA: HISTÓRIA E CONCEITUAÇÃO	15
2.2 LEIS, DECRETOS E DIREITOS	20
3 AS RELAÇÕES-PÚBLICAS	25
3.1 RELAÇÕES PÚBLICAS E OS PÚBLICOS	25
3.2 RELAÇÕES PÚBLICAS E EVENTOS	30
4 FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE E ACESSIBILIDADE	35
4.1 METODOLOGIA	35
4.2 ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NA FEIRA DO LIVRO	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1 INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência possuem um histórico de negligência e preconceito sofridos, não tendo sido aceitos na sociedade por muitos anos. Hoje, sua luta se intensificou e essas pessoas almejam a igualdade de direitos e o fim da discriminação. Alguns direitos já foram alcançados, porém ainda há barreiras que precisam ser desconstruídas, como a barreira atitudinal, que é elemento essencial para a completa inclusão de todos na sociedade. As pessoas com deficiência buscam igualdade e equiparação de oportunidades para que possam vivenciar e usufruir das mesmas atividades dos demais.

Atualmente as pessoas com deficiência vêm alcançando um espaço de visibilidade antes negado e conquistando diversos setores, como social, empregatício, acadêmico, além do cultural, entre outros.

Novas leis onde os direitos destes sujeitos são assegurados vêm sendo elaboradas e aprovadas pelos governos. A pessoa com deficiência deixa, então, de ser vista como um inválido incapaz de produzir ou de pertencer à sociedade em qualquer instância. Modificações começam a ser pensadas para que esse indivíduo torne-se um cidadão de direito e de fato.

Dentre as conquistas alcançadas, com o trabalho percebe-se o aumento do poder aquisitivo e, conseqüentemente, maior poder de compra desses sujeitos. Passa-se a reconhecer o direito da pessoa com deficiência de usufruir da cultura. Se antes estes sujeitos eram somente retratados nas artes, agora eles passam a admirá-la, a entendê-la. Neste sentido, ambientes culturais devem se adaptar da melhor forma para receber a enorme gama de pessoas às mais diversas necessidades.

Diante disso, pode-se afirmar que o grupo de pessoas com deficiência está se tornando cada vez mais “público”, cidadão com direitos, seja dentro de uma organização, como consumidor ou em ambientes culturais. O profissional mais qualificado para lidar com públicos, buscando conhecê-los, entender suas necessidades e planejar a melhor forma de se relacionar com eles, é o relações públicas. Quando se percebe a crescente participação das pessoas com deficiência na sociedade, deve-se buscar as melhores maneiras de tornar essa participação

verdadeiramente plena. Para isso, é preciso que haja o reconhecimento das pessoas com deficiência em todas as esferas.

Como futura profissional da área de Relações Públicas, acredito que é essencial saber se comunicar com os mais diversos públicos. Para que essa comunicação seja feita de forma eficiente, é preciso conhecer o público, ou seja, entender como ele se insere no contexto social, quais são seus desejos, necessidades e objetivos. O avanço no reconhecimento das pessoas com deficiência como cidadãos merecedores de direitos iguais, nos alerta para a importância de saber lidar com esse público, uma vez que podem apresentar necessidades especiais. Cabe ao profissional especialista em públicos a tarefa de inseri-los na instituição social, refletindo sobre como é possível adaptar a sociedade para atendê-los melhor, sem prejudicar ou discriminar ninguém.

O objetivo deste trabalho é analisar a acessibilidade física e comunicacional na Feira do Livro de Porto Alegre edição 2015. Como problema, o estudo se propõe a verificar como e se o evento é pensado de forma inclusiva, ou seja, se prevê a circulação de pessoas com deficiência e como se comporta em relação a isso. A organização de eventos é uma ferramenta do mix de comunicação utilizada para manter ou criar relacionamento com um público específico. Não se pode esquecer, porém, que outros públicos também podem ser afetados por ele. No caso deste estudo, o público alvo do evento escolhido não é somente pessoas com deficiência, mas também, assim o planejamento deve atentar para o fato de que eles também estarão presentes entre o público que lá circula.

Dado o objetivo do estudo, as metodologias utilizadas foram pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Dentro do estudo de caso se optou pelas técnicas de observação, entrevistas informais e análise de documentos. Com isso, foi possível construir um referencial teórico trazendo autores de renome e mesclando suas teorias durante a análise do objeto de estudo. Na área de acessibilidade e inclusão foram trazidos os autores Sassaki (1997), Aranha (1995), Dischinger; Bins Ely e Piardi (2012), Sarraf (2012) e Freitas (2009), Cardoso (2009), além de uma análise das leis brasileiras que dizem respeito ao tema. No assunto Relações Públicas os autores escolhidos foram Andrade (2001, 2003), Cesca (2006, 2008), França (2008), Simões (1995), Fortes (2003), Matias (2002), Giacaglia (2011) e Giácomo (1997). A autora Zancheta (2010) esclareceu questões sobre a Feira do

Livro. Os autores que pautaram a metodologia foram Duarte (2009a), Duarte (2009b), Epstein (2009) e Stumpf (2009).

A fim de compreender melhor o conceito de acessibilidade, o capítulo dois discorre sobre conceituações a respeito do tema. Os autores trazidos traçam um panorama das necessidades e barreiras na construção de uma sociedade inclusiva. No capítulo também foi feito um resgate histórico da relação da pessoa com deficiência com a sociedade e, por fim, leis, decretos e direitos são apresentados acerca do tema pessoa com deficiência e acessibilidade.

No capítulo seguinte, é apresentada as Relações Públicas, o que diz respeito e em que área atua. Sendo parte principal das relações públicas, como o nome já diz, optou-se por um subtítulo inteiramente dedicado à definição de públicos e sua conceituação. Logo após é refletido como a profissão se relaciona uma de suas principais atribuições, eventos, mais especificamente o evento objeto deste estudo.

Por fim, o quarto capítulo consiste na pesquisa empírica. É descrito o objeto de estudo, a Feira do Livro de Porto Alegre, a metodologia utilizada para colhimento e aplicação de técnicas, assim como a descrição dos dados observados e a análise dos mesmos. O último capítulo destina-se às considerações finais e fechamento do trabalho.

2 ACESSIBILIDADE E ALGUNS CONTORNOS

No Censo de 2010, 45,6 milhões de pessoas autodeclararam possuir algum tipo de deficiência¹. Tal dado corresponde à quase 24% da população brasileira. Dentre os tipos de deficiências declaradas, a visual é a que apresenta maior incidência, seguida da deficiência motora, auditiva e mental/intelectual respectivamente. É importante observar que esses dados referem-se às pessoas e não às deficiências, uma vez que é possível um indivíduo apresentar deficiências múltiplas, ou seja, mais de uma simultaneamente. (IBGE, 2010).

Ao mesmo tempo, a população idosa do país cresce a cada ano, chegando a representar, em 2010, 7,4% dos cidadãos. Na parcela sul e sudeste estes índices se mantêm como as regiões mais envelhecidas do Brasil, estando, inclusive, acima da média nacional, correspondendo a 8,1% da população brasileira. (IBGE, 2011). Esses dados nos alertam para a necessidade de pensar essas pessoas como integrantes da sociedade e, portanto, detentoras de direitos.

Diante deste cenário, entendemos que é comum que as deficiências ou o próprio envelhecimento natural requeiram algum atendimento ou preparo especial para o indivíduo. Sassaki (1997) ressalta que o termo necessidade especial, entretanto, não deve ser usado como sinônimo de deficiência, apesar de ser o que acontece muitas vezes a fim de amenizar o vocábulo. Segundo o autor o termo correto a ser utilizado é "pessoa com deficiência" ou, no caso de idosos e de alguns casos de deficiência, "pessoas com mobilidade reduzida".

Contudo, o mais importante a ser destacado é que essas necessidades especiais do indivíduo só se tornam restritivas frente a uma barreira que o impede de ter a mesma oportunidade dos demais. Tais dificuldades advêm de diversas condições atípicas, decorrentes das deficiências intelectual, física, auditiva, visual, autismo, insuficiências orgânicas, problemas de conduta, etc. (SASSAKI, 1997).

¹ Segundo Pereira (2011) deve-se atentar para as limitações metodológicas do Censo IBGE, uma vez que o inquérito censitário é autodeclaratório e não estipulam critérios de regulação do declarante, o que pode indicar como pessoa com deficiência, pessoas com alguma situação transitória ou mesmo incapacidades que não estão inseridas nos critérios legais.

Existe uma ligação direta entre deficiências, características ambientais e restrições espaciais. A presença de uma deficiência implica na existência de determinados níveis de limitação para a realização de atividades. No entanto, o grau de dificuldade existente em cada situação pode ser minimizado por soluções de desenho universal ou pela presença de equipamentos de tecnologia assistiva que aumentam as capacidades dos indivíduos. Da mesma forma, as características ambientais podem agravar estas limitações (DISCHINGER, BINS ELY, PIARDI, 2012, p. 22).

Existem dois tipos de barreiras, segundo Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012, p.14), as barreiras físico-espaciais e as barreiras atitudinais. As primeiras são “os elementos físicos, naturais ou construídos, que dificultam ou impedem a realização de atividades desejadas de forma independente”. Já as barreiras atitudinais “são estabelecidas na esfera social, quando as relações humanas centram-se nas dificuldades dos indivíduos e não em suas habilidades, criando empecilhos para a sua participação na sociedade”.

É muito difícil vencer atitudes de discriminação e preconceitos arraigados sobre o que pessoas com deficiência podem ou não fazer. Entre suas causas, podemos citar a falta de conhecimento sobre as diferentes deficiências e a relativa novidade das ações de inclusão na sociedade (DISCHINGER, BINS ELY, PIARDI, 2012, p.14).

De acordo com a NBR 9050/2004, acessibilidade é definida como “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos” (2004, p. 2). A norma especifica regras de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e também define acessível como um espaço ou elemento que pode ser vivenciado por qualquer pessoa (NBR 9050, 2004).

Em outras palavras:

acessibilidade é uma forma de concepção de ambientes que considera o uso de todos os indivíduos independente de suas limitações físicas e sensoriais, desenvolvida a partir dos conceitos do movimento de Inclusão Social (SARRAF, 2012, p. 62).

Existem diversos tipos de acessibilidade, cada relacionada a um tipo de necessidade. A acessibilidade espacial é a mais fácil de ser percebida, pois consiste na modificação da arquitetura do local, como adição de rampas, por exemplo. Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) relatam que esse tipo de acessibilidade é mais que somente poder chegar a um local, ressaltando que:

É também necessário que o local permita ao usuário compreender sua função, sua organização e relações espaciais, assim como participar das atividades que ali ocorrem. Todas essas ações devem ser realizadas com segurança, conforto e independência (DISCHINGER, BINS ELY, PIARDI, 2012, p. 28).

Sasaki (1997) lista os tipos de acessibilidade que se deve pensar quando se deseja adaptar o local para melhor convívio com a pessoa com deficiência. São elas: acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental e programática. Assim, observa-se que não é somente modificando o ambiente físico – acessibilidade arquitetônica - que uma sociedade se torna inclusiva.

A acessibilidade comunicacional prevê a adequação da sinalização do local às pessoas com deficiência visual ou com déficits de linguagem, contratação de intérpretes de Libras, entre outros, ou seja, encontrar soluções para se comunicar com as pessoas com deficiência. A acessibilidade metodológica busca adaptar a forma tradicional de se realizar uma tarefa para melhor atender a pessoa com deficiência, assim como acontece na acessibilidade instrumental.

As acessibilidades atitudinais e programáticas são, contudo, as mais importantes na reestruturação da sociedade segundo o autor. A primeira consiste na educação da população a respeito das pessoas com deficiência, buscando minimizar e, por fim, extinguir o preconceito contra essas. Já a acessibilidade programática elimina “as barreiras invisíveis existentes nos decretos leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças escritas” (SASSAKI, 1997, p. 102), buscando que a pessoa com deficiência não seja lesada. Então, pode-se dizer que esses dois tipos de acessibilidades se complementam na busca por uma sociedade inclusiva, porém é importante lembrar que a mudança acontece somente quando todos os tipos de acessibilidades apresentados pelo autor são efetivamente realidade na sociedade.

No Brasil, existem duas vertentes que marcam as políticas públicas para pessoas com deficiência. A concepção assistencialista tem origem na modernidade e defende criação de instituições especializadas na educação de pessoas com deficiência. De acordo com Freitas (2009, p. 223) essa visão demarca “o imaginário social, ocasionando resistência da sociedade em relação à participação plena das pessoas com deficiência no contexto econômico, político e cultural”. Outra

concepção exposta pela autora é a de sociedade inclusiva, onde os direitos das pessoas com deficiência são contemplados.

É imprescindível dominarmos bem os conceitos inclusivistas para que possamos ser participantes ativos na construção de uma sociedade que seja realmente para todas as pessoas, independentemente de sua cor, gênero, tipo de necessidade especial e qualquer outro atributo pessoal (SASSAKI, 1997, p. 27).

Aranha (1995) vai ao encontro do autor ao dizer que somente entendendo o significado real do movimento pela integração da pessoa com deficiência é que se pode transformar a sociedade.

Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) ressaltam a falta de preparo de profissionais e também a necessidade de compreender o cenário para que se possa chegar a soluções criativas. Neste sentido, conhecer a história das pessoas com deficiência revela-se como condição essencial para compreensão do contexto no qual estas pessoas estão inseridas. A revisão dos aspectos históricos da deficiência permite-nos essa análise da transformação da sociedade até o cenário atual.

2.1 A DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA HISTÓRIA: HISTÓRIA E CONCEITUAÇÃO

Através das análises históricas pode-se identificar como se deu a evolução do tratamento da pessoa com deficiência na sociedade, uma vez que se toma como pressuposto “a concepção de Homem como um ser biologicamente cultural, não faz sentido buscar conhecê-lo, dissociado de seu contexto sócio-cultural” (ARANHA, 1995, p, 2).

Na Antiguidade, expõe Aranha (1995), a relação do homem com a sociedade se dava através das atividades econômicas de agricultura, pecuária e artesanato. Era considerado “homem” somente o senhor dono desses bens, deixando os demais na classificação de “não senhores”, ou seja, sub-humanos. A deficiência inexistia enquanto problema, pois as crianças que nasciam com deficiências facilmente detectáveis, eram abandonadas, deixadas ao relento para que morressem (ARANHA, 1995).

Com o advento do Cristianismo, na Idade Média, a pessoa com deficiência passou a ser considerada humana, pois também era “possuidora de alma”. Seu extermínio, então, não era mais aceitável e passam a serem cuidados pelas famílias

e pela igreja. Durante a Reforma Protestante e a Inquisição Católica, “a concepção de deficiência variou em função das noções teológicas de pecado e expiação” (ARANHA, 195, p. 3), caracterizando a deficiência “ora a desígnios divinos, ora à possessão pelo demônio” (ARANHA, 1995, p. 3). A relação da sociedade com o sujeito com deficiência ainda era, portanto, de intolerância e punição.

Com a Revolução Burguesa modifica-se todo o sistema que antes regia a sociedade. A partir de então a pessoa com deficiência passa a ser vista como indivíduo não produtivo, e ao mesmo tempo, o avanço da medicina oferece uma nova visão sobre a deficiência, que passa de problema teológico para problema médico. Nessa época, surgem os primeiros locais de confinamento das pessoas com deficiência intitulados hospitais psiquiátricos que se venderam com o intuito de tratar os doentes (ARANHA, 1995).

Os métodos de medicalização causaram diversas mortes em virtude do desenvolvimento de pesquisas e de testagem de remédios. Quando se percebeu a impossibilidade de cura, passou-se a diferenciar os termos “doença” e “deficiência”, surgindo a partir de então “instituições que objetivam a reabilitação das pessoas com deficiência, buscando torná-las o mais ‘normais’ possível” (FREITAS, 2009, p. 223).

A evolução e fortalecimento do capitalismo pressionam o Estado para cuidar da instrução e desenvolvimento das pessoas para formação de cidadãos produtivos. A legitimação das noções de desigualdade, mantenedora do sistema, se fortifica através do reconhecimento das diferenças de cada um (ARANHA, 1995).

Neste sistema são estabelecidas exigências de produção iguais para todos. Aqueles que dentro das limitadas condições de sua existência puderem atender a essas exigências são apropriados pelo sistema; os que não se adequarem ao sistema de relações (detentor da produção x produtor) passam a ser vistos como desvios, dos quais um deles é a condição social de deficiência” (ARANHA, 1995, p. 7).

No século XX, as pessoas com deficiência ainda são marginalizadas da sociedade, uma vez que são considerados indivíduos não produtivos. Enquanto isso, o tema passa a contar com mais estudos e mais literatura.

Permanece, em certa proporção o modelo metafísico, coexistindo com o modelo médico, o modelo educacional, o modelo da determinação social e acrescentando-se nesse final do século, o modelo sócio-construtivista ou sócio-histórico (ARANHA, 1995, p. 5).

O modelo médico da deficiência, visão predominante do período, consiste na capacitação da pessoa com deficiência para se integrar à sociedade da maneira

mais “normal” possível. Não prevê, entretanto, modificações na sociedade, ficando a cargo do indivíduo a tarefa de se adaptar (SASSAKI, 1997). Essa mentalidade exige a sociedade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir pessoas com deficiência e outras condições.

É sabido que a sociedade sempre foi, de um modo geral, levada a acreditar que, sendo a deficiência um problema existente exclusivamente na pessoa com deficiência, bastaria prover-lhe algum tipo de serviço para solucioná-lo (SASSAKI, 1997, p. 29).

A questão da integração social do sujeito com deficiência aparece nesse contexto, especialmente após as Grandes Guerras. Os Estados Unidos começam a reconhecer sua responsabilidade no cuidado com a pessoa com deficiência. Após as guerras, os soldados feridos necessitavam de auxílio para assumir uma ocupação rentável, aliado a isso, a escassa mão de obra causada pela Segunda Guerra ajudou a pressionar o governo para garantir alguns direitos da pessoa com deficiência. Aranha (1995, p. 5) ressalta que “fortaleceu-se a convicção de que as pessoas deficientes podiam trabalhar, trabalhariam e que queriam uma oportunidade de ter voz ativa na sociedade”.

Segundo Sasaki (1997), a partir do final dos anos 60, o movimento pela integração social buscou inserir as pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais. Para isso, teve base na normalização e no *mainstreaming*. O princípio da normalização reconhece o direito da pessoa com deficiência de experimentar um estilo ou padrão de vida dito normal, o que significa:

(...) criar, para pessoas atendidas em instituições ou segregadas em algum outro modo, ambientes o mais parecido possível com aqueles vivenciados pela população geral. Fica evidente que se trata de criar um mundo - moradia, escola, trabalho, lazer, etc. - separado embora muito parecido com aquele em que vive qualquer outra pessoa (SASSAKI, 1997, p. 31).

Já o processo de *mainstreaming* foi um passo a mais para a integração da pessoa com deficiência. Consistia em integrar crianças com deficiência na escola regular, porém não inteiramente. Na realidade, a ação colocava o aluno em salas de escolas comuns sem que nenhuma atitude de inclusão fosse tomada pela instituição (SASSAKI, 1997). Ou seja, cabia ao aluno com deficiência e sua família a tarefa de se adaptar para acompanhar a turma, resultando, muitas vezes, em repetências, desmotivação e preconceito.

A integração social tem o mérito de inserir a pessoa com deficiência na sociedade, entretanto só o faz se ela estiver capacitada a superar as barreiras

físicas, atitudinais e programáticas existentes. Logo, é um esforço unilateral da pessoa com deficiência para se encaixar na sociedade, o que reflete o modelo médico da deficiência (SASSAKI, 1997).

Sobre o início da transição da integração social para algo a mais, Sasaki argumenta:

Diante das novas fronteiras conquistadas e das experiências acumuladas, uma boa parte da comunidade acadêmica, algumas instituições sociais e organizações vanguardistas de pessoas com deficiência começaram - por volta do final dos anos 80s e início da década de 90 - a perceber e a disseminar o fato de que a tradicional prática da integração social não só era insuficiente para acabar com a discriminação que havia contra este segmento populacional, mas também era muito pouco para propiciar a verdadeira participação plena com igualdade de oportunidades (SASSAKI, 1997, p. 33).

Assim, a partir de 1990, começa-se a debater sobre a inclusão social em uma busca pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Termos como alteridade, diferença, identidade e diversidade começam a aparecer no vocabulário de pessoas engajadas na causa (FREITAS, 2009), e esse debate foi o passo inicial para o reconhecimento da diversidade humana, princípio básico da concepção de uma sociedade inclusiva.

A inclusão social é o “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” (SASSAKI, 1997, p. 39). Ou seja, é um processo bilateral, diferente da integração social. Nessa visão, é a sociedade que se modifica para atender às necessidades de todos, tanto em questões arquitetônicas, quanto atitudinais e oferta para equiparação de oportunidades. Garante, assim, espaços a todos, sem prejudicar os que conseguem ocupá-lo por méritos próprios (SASSAKI, 1997).

O reconhecimento da diversidade humana é o princípio base que rege a inclusão social e é “representada, principalmente, por origem nacional, sexual, religião, gênero, cor, idade, raça e deficiência” (SASSAKI, 1997, p. 41). Visa, então, a construção de uma nova sociedade através de transformações na arquitetura, equipamentos e utilitários e, principalmente, na mentalidade das pessoas, inclusive da pessoa com deficiência. O movimento reconhece como primordial a equiparação de oportunidades, pois acredita ser a porta de entrada para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

A inclusão se baseia no modelo social da deficiência. Essa visão expõe que “os problemas da pessoa com necessidades especiais não estão nela tanto quanto estão na sociedade” (SASSAKI, 1997, p. 45). É a sociedade, portanto, que causa incapacidade à pessoa no desempenho de papéis sociais. Esses problemas impostos pela sociedade são diversos, como arquitetura, políticas discriminatórias, imposição de padrão de normalidade, entre outros (SASSAKI, 1997).

Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras arquitetônicas, programáticas, metodológicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, sociais, educacional e profissional (SASSAKI, 1997, p. 45).

Sassaki (1997) reconhece a importância da integração social enquanto ainda há resistência sobre a inclusão e que, apesar do objetivo ser a segunda, elas coexistem ainda hoje.

Da *exclusão social total* passando para o *atendimento especializado segregado* e depois para a *integração social*, o segmento das pessoas com deficiência está agora lutando por sua inclusão social (SASSAKI, 1997, p. 171 grifo do autor).

De acordo com o autor, o imperativo da inclusão social é resultado dos fatores: solidariedade humanitária; consciência de cidadania; necessidade de melhoria da qualidade de vida; investimento econômico; necessidade de desenvolvimento da sociedade; pressão internacional; cumprimento da legislação; combate à crise no atendimento; crescimento do exercício do empoderamento.

Além disso, uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias (SASSAKI, 1997, p.168).

Visto isso, fica evidente a necessidade da implementação completa da inclusão social e superação da integração. A integração social foi um importante avanço, porém só é necessária até o momento em que a sociedade não pode se tornar plenamente inclusiva. A inclusão torna-se indispensável quando percebemos que mais que um dever de reestruturação da sociedade, se trata de um direito da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida de participar dessa sociedade.

2.2 LEIS, DECRETOS E DIREITOS

A legislação é um importante aliado no combate à discriminação, porém, como expõe Sasaki (1997), se por um lado pressiona a contratação de funcionário com deficiência, a inclusão de um estudante, ou ainda a alteração arquitetônica de um prédio, entre outros, por outro lado pode, justamente por isso, causar antipatia em relação a essas pessoas. É necessário, também, observar que, devido a constante evolução de conceitos e modelos, as leis devem se adequar e acompanhar as mudanças (SASSAKI, 1997).

Sasaki (1997) divide as leis no que concerne às pessoas com deficiência em gerais integracionistas, gerais inclusivas, específicas integracionistas e específicas inclusivas. O primeiro tipo trata de leis que “contêm dispositivos separados sobre a pessoa com deficiência para lhe garantir algum direito, benefício ou serviço” (SASSAKI, 1997, p. 152). É integracionista, pois ainda segrega uma parte da população, diferente das leis gerais inclusivas, que dão garantia de direitos a todos, sem distinção de segmento. Esse tipo de lei, entretanto, ainda está por ser formulada, segundo o autor.

Deve-se observar, entretanto, que as leis gerais inclusivas, como descritas pelo autor, dizem mais a respeito da organização social do país que sobre a deficiência em si. Ao pensar que as leis atingem a todos, pode-se considerar que leis gerais inclusivas existem. São todas as leis que não especificam um segmento. Porém torna-se necessária a criação de leis integracionistas, ou seja, com dispositivos separados acerca da pessoa com deficiência especificamente, uma vez que se faz necessário ressaltar o direito de uma minoria, nesse caso, pessoas com deficiência, devido ao não reconhecimento de seus direitos por parte da população.

As leis específicas integracionistas para pessoas com deficiência são aquelas que asseguram os direitos desses indivíduos, desde que eles tenham capacidade de exercê-los. Já a lei específica inclusiva, prevê que o direito da pessoa com deficiência será assegurado “mediante modificações no ambiente físico e humano que facilitem o exercício desses direitos” (SASSAKI, 1997, p. 153).

O grau de inclusividade de uma sociedade poderia, então, ser medido pela maior ou menor incidência de leis inclusivas sobre as leis integracionistas (SASSAKI, 1997, p. 153).

Como ressalta o autor, é necessária uma revisão da legislação sobre a pessoa com deficiência, dada a constante transformação social e evolução de conhecimentos. Uma vez que ainda vivemos em um período de transição do modelo de integração para o modelo de inclusão social, e dado o tempo necessário para formulação, aprovação e implementação de uma lei, no tocante ao assunto acessibilidade, elas podem parecer atrasadas.

É importante ressaltar que as leis de âmbito inclusivista devem ser pensadas em conjunto com movimentos em favor das pessoas com deficiência e outras minorias, pois, somente assim, os termos e definições serão adequados e verdadeiramente inclusivos. Todas as minorias devem estar incluídas na legislação, sem que isso, entretanto, seja feito de forma segregacionista.

Interessa-nos, neste trabalho, o estudo das leis sobre acessibilidade em seus diferentes aspectos. Dentre esses, a acessibilidade em patrimônios históricos se faz necessária, visto que o objeto de estudo, a Feira do Livro de Porto Alegre, é localizada em um local tombado, ou seja, sem possibilidade de modificação, de acordo com o arquiteto responsável pelo projeto do evento. Serão apresentadas e discutidas, então, leis, normas e decretos que seguem esse viés, a fim de entender e aplicá-los no estudo de caso que será apresentado.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos na promoção da acessibilidade. De acordo com esta lei, barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e comunicação devem ser supridas. Barreira, aqui, é definida como “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas” (BRASIL, 2000).

Em contrapartida a essa lei, nos deparamos com a Lei Complementar nº 275/92, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Porto Alegre. Enquanto a primeira lei reconhece o direito de ir e vir de todos como desejarem, a outra proíbe demolições, destruições e mutilações de prédios instituídos como Patrimônios (PORTO ALEGRE, 1992). Pode-se interpretar essa lei, em certa medida como a impossibilidade de adaptar o local para que pessoas com deficiência possam usufruir e acessar tais espaços.

A lei que protege os patrimônios pode restringir significativamente as opções para tornar todos os espaços da cidade acessíveis. Dischinger, Bins Ely e Piardi

(2012) observam que a maioria das edificações não foram construídas acessíveis, uma vez que foram planejados há muitos anos, quando a política de inclusão social ainda não existia, o que resultou em prédios pouco ou nada acessíveis.

Contudo, a Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, “dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal” (BRASIL, 2003, p. 1). De acordo com o documento, modificações estruturais de forma a assegurar a acessibilidade do local, podem ser promovidas em bens culturais² imóveis. Cada intervenção deve, entretanto, ser analisada no ambiente a ser realizada, avaliando limitações devido à preservação do bem.

Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) discutem sobre a acessibilidade em edificações tombadas e ressaltam que é difícil encontrar solução que não fira as características arquitetônicas essenciais a conservar. As soluções encontradas às vezes auxiliam no acesso, porém é feita de maneira discriminatória, como, por exemplo, a instalação de uma rampa de acesso na área de serviços, como expõem as autoras. Elas ainda ressaltam que:

Existem também problemas de acessibilidade espacial cuja solução não está ainda prevista nas leis e normas existentes, demonstrando a necessidade de constante detalhamento e atualização da legislação (DISCHINGER, BINS ELY, PIARDI, 2012, p. 13).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, é baseada na igualdade de direitos de todas as pessoas. De acordo com a Declaração, “todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei” (UNESCO, 1948, p. 2) e não deve ser submetido a tratamento degradante (UNESCO, 1948). Cardoso define direitos humanos como “aqueles direitos fundamentais que o homem possui por sua própria natureza humana e pela dignidade que a ela é inerente” (2012, p. 41).

A impossibilidade de uma pessoa com deficiência transitar pelos espaços que ela deseja é não reconhecer seu direito de ser humano e tratá-la de forma diferente, pois reconhece que ela não é digna de tal oportunidade. Além disso, ao se negar a adaptação do ambiente para que todas as pessoas possam usufruir, reforça-se o estigma e o preconceito sobre pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Essa atitude fere a garantia da melhoria de condição social e econômica prevista pela Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978, que assegura a

² Elementos que possuem significação cultural para a sociedade (BRASIL, 2003).

possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos, além de proibir a discriminação em qualquer âmbito da sociedade.

O Decreto nº 5.296, que regulamenta as leis nº 10.048 e nº 10.098, prevê a aprovação de projetos de natureza arquitetônica ou urbanística, assim como de comunicação, informação e transporte ou qualquer tipo de execução de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva. Ou seja, novas construções públicas devem estar de acordo com a lei da acessibilidade. Contudo, infelizmente, são contempladas nesta lei somente obras de destinação pública, ainda se fazendo necessária a quebra de especificação, englobando todas as edificações, públicas ou privadas.

Como se pode observar, as leis que garantem direitos às pessoas com deficiência datam desde o final dos anos 70, quando ainda o conceito de inclusão não existia. Com o avanço da luta pelos direitos das minorias, novas leis e leis mais específicas foram sendo criadas, se adaptando às nomenclaturas e utilizando termos mais adequados. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146 é de junho de 2015, o que evidencia algumas conquistas neste âmbito.

A Lei é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). Nessa lei pode-se notar um progresso em favor da inclusão da pessoa com deficiência passando, inclusive a utilizar como base o modelo social da deficiência, onde a avaliação da deficiência é feita numa esfera biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional.

O Estatuto ainda prevê a conceituação de diversos termos relacionados ao tema. É importante notar, também, que o documento traz expressões do modelo da inclusão social, como referenciar “pessoas com deficiência” ou o conceito de “desenho universal”³. Dentre os direitos garantidos à pessoa com deficiência estão: igualdade e não discriminação; à vida; à habilitação e reabilitação; à saúde; à educação; à moradia; ao trabalho; à assistência social; à previdência social; à cultura, esporte, turismo e lazer; transporte e mobilidade; à acessibilidade; à justiça.

³ Denomina-se desenho universal os projetos pensados e desenvolvidos para incluir todas as pessoas, independente da sua condição (SASSAKI, 1997).

Além da preocupação com a mobilidade na cidade e espaços públicos, assim como outras formas de acessibilidade, é preciso ressaltar que a pessoa com deficiência, assim como todo cidadão, tem direito à cultura. Os ambientes culturais também devem ser adaptados para receber o maior número de pessoas. Cardoso observa que a diversidade de público que esses locais recebem “desafia estas Instituições e seus profissionais a corresponder às suas expectativas e, antes de tudo, às suas necessidades” (2012, p. 38).

Quando entendemos a pessoa com deficiência em nível de igualdade com os demais, o acesso à cultura é mais que necessário, evidencia-se como um direito tal como os demais. É através da cultura e de sua divulgação que o ser humano se desenvolve e se reconhece pertencente à sociedade. Uma sociedade inclusiva deve atentar para que seja inclusiva em todos os aspectos, inclusive em espaços culturais e na divulgação de bens culturais.

É visível o avanço da temática das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, porém ainda há um longo caminho a ser seguido. Observa-se a evolução das leis de forma positiva na direção de uma sociedade inclusiva, com equiparação de oportunidades e igualdade entre todos. No entanto, a maior questão a ser discutida ainda diz respeito à acessibilidade em todos os seus aspectos, especialmente a atitudinal para com indivíduos diferentes.

3 AS RELAÇÕES-PÚBLICAS

A atividade de Relações Públicas acontece a partir das relações de poder entre instituições e seus públicos e na iminente possibilidade de conflito entre eles, como explana Simões (1995). Para o autor, o gerenciamento desse relacionamento é atribuição base do profissional de relações públicas. Andrade (2001) ressalta que, como conhecimento, as Relações Públicas são uma nova função, sendo gradualmente reconhecida como essencial para as organizações.

Cesca (2006, p. 33) afirma que “é possível traçar um perfil como atividade estratégica de comunicação” salientando que o objetivo principal da atividade é manter a compreensão mútua de ambas partes. A autora ainda salienta que Relações Públicas é uma profissão multifuncional e polivalente que visa fazer com que a instituição atinja sua missão através da comunicação integrada e estratégica.

As atividades de um profissional de relações públicas são as mais diversas, sendo funções básicas da área: pesquisa, assessoramento, coordenação, planejamento, execução, controle e avaliação (FORTES, 2003) e a grande atribuição desse profissional, a de gerir o relacionamento com os públicos.

Para que o relacionamento organização-público seja bem-sucedido, primeiramente devem-se identificar tais públicos, classificá-los e elaborar a melhor estratégia para atingi-los. Dentre as ferramentas utilizadas para manter a boa imagem e construir ou aprimorar o relacionamento com interessados, estão a comunicação institucional, a publicidade, a comunicação interna e os eventos.

3.1 RELAÇÕES PÚBLICAS E OS PÚBLICOS

Toda organização, por menor que seja, atende a uma pluralidade de públicos e cada um deles se relaciona com a instituição de uma maneira distinta, sendo imprescindível que o gerenciamento de cada relacionamento seja original e pensado exclusivamente para aquela parcela de público. É dentro desse panorama que as relações públicas se faz presente e tão necessária. A identificação, compreensão e

definição de estratégia para cada público é função das relações públicas, que se utiliza de diversas ferramentas para fazê-lo.

Ao percebermos que todas as ações desenvolvidas pela organização afetam seus públicos de interesse, a necessidade de um profissional capaz de gerir os relacionamentos da instituição na alta administração torna-se latente, entretanto ainda é pouco percebida, como ressalta Andrade (2001). Sendo o relações públicas o mais qualificado para exercer essa função, nota-se a importância desse profissional dentro de uma organização.

Para as Relações Públicas, o vocabulário *público* adquire uma significação especial, pois se refere aos grupos de indivíduos cujos interesses comuns são atingidos pelas ações de uma organização, instituição ou empresa, da mesma forma que os atos desses grupos se refletem na organização. (ANDRADE, 2003, p. 18).

É comum encontrar conceituações diferentes para os termos Relações Públicas e Públicos, porém é correto afirmar que público é qualquer pessoa ou grupo que mantém um relacionamento com uma organização ou pode vir a tê-lo. Cada autor classifica o termo visando a atender necessidades específicas, sendo possível escolher a visão de acordo com a situação, porém nunca utilizando duas ou mais ao mesmo tempo. (FRANÇA, 2008).

Cesca (2006) faz um panorama sobre a evolução da classificação de públicos. A autora mostra que, inicialmente, somente designações como “público interno” e “público externo” eram satisfatórias, até Andrade introduzir a classificação de “público misto” “entendendo que dois tipos apenas eram insuficientes para aglutinar todos os grupos com os quais as organizações mantêm relações” (CESCA, 2006, p. 26). Esse modelo mais simplista vigorou até se identificar a necessidade de entender os públicos como mais que somente a partir da sua posição em relação à organização.

Além da falta de consistência desses conceitos, como exhibe França (2008), Simões (1995) expõe a falta de profundidade da classificação. De acordo com o autor, categorizar os públicos em “interno”, “externo” e “misto” somente se refere à distância desses do centro de poder da organização, sendo restrita sua utilização para diagnósticos e prognósticos da dinâmica da relação. Considerando essa classificação insuficiente, Simões explana sobre a necessidade de “identificá-los, analisá-los e referenciá-los quanto ao poder que possuem de influenciar os objetivos organizacionais, obstaculizando-os ou facilitando-os” (1995, p. 131).

Os tipos de poderes descritos por Simões (1995) são o de decisão, que ocorre quando o público cuja autorização ou concordância permite a existência da organização; o segundo tipo é o de consulta, que engloba o público que a organização deve sondar quando pretende agir. O comportamento é o terceiro tipo e consiste naquele público “cuja atuação pode frear ou favorecer ações da organização” (p. 132). O quarto e último é o público que influencia a organização através da simples manifestação de julgamento e ponto de vista, ou seja, o público de opinião.

Assemelhando-se a essa visão, França (2008), elabora a conceituação de públicos a qual chama de lógica. A concepção lógica tem como base o relacionamento da instituição com aqueles que se relaciona ou pode vir a se relacionar. A fim de classificar os públicos, utiliza critérios de relacionamento: grau de dependência jurídico e situacional que define públicos essenciais constitutivos e essenciais não-constitutivos; grau de participação, representando os públicos não-essenciais; e o grau de interferência, dividindo-se em rede de concorrência e rede de comunicação de massa.

É importante ressaltar que todos públicos têm grande importância para a organização, não sendo possível minimizar a potencialidade de destruição ou de favorecimento de nenhum. Existem públicos que são fundamentais para o funcionamento da organização e o relacionamento com esses deve ser sempre claro e transparente, porém a parcela de "públicos não-essenciais" também necessita atenção, pois a instituição está inserida em uma sociedade e suas ações podem prejudicá-los, gerando grande conflito.

Não se pode ignorar que diversos fatores, como a globalização e as novas tecnologias, por exemplo, levam as organizações a “redefinir seu perfil e a reavaliar as características de seus públicos” (CESCA, 2006, p. 28). Dentre as questões que influenciam nesse movimento, a autora destaca a terceirização como a mais significativa para os recursos humanos, físicos e materiais das organizações. O aumento da terceirização mostra como é necessária uma nova classificação para públicos além de “interno”, “externo” e “misto”.

O que a autora propõe é uma classificação com base no vínculo jurídico-físico estabelecido entre público e instituição, sendo as divisões:

Quadro1: Classificação de públicos baseado no vínculo jurídico-físico.

Interno Vinculado	Interno Desvinculado	Misto Vinculado	Misto Desvinculado	Externo
<ul style="list-style-type: none"> • Ocupa o espaço físico da Organização. • Tem vínculo empregatício com a Organização 	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupa o espaço físico da Organização. • -Não tem vínculo empregatício com a Organização, mas esta tem responsabilidades com esse público. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não ocupa o espaço físico da Organização. • Tem vínculo empregatício ou jurídico com a Organização 	<ul style="list-style-type: none"> • Não ocupa o espaço físico da Organização. • Não tem vínculo empregatício com a Organização, mas se relaciona com ela tendo direitos e deveres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não ocupa o espaço físico da Organização. • Não tem qualquer vínculo formal com a Organização, mas esta tem responsabilidades com esse público e está sempre atenta a sua opinião.

Fonte: CESCA, 2006

Ao dissertar sobre o critério de escolha dos públicos, Simões (1995) explica que outros parâmetros são mais importantes que a localização desses em relação ao centro de poder da organização ou seu enquadramento quanto ao seu poder aquisitivo. O profissional de relações públicas deve identificar as necessidades do público a ser trabalhado, assim como as ferramentas que serão utilizadas, com base no poder e tendências desse público. Identificando a emoção como fator impulsor de ações, Simões ressalta que:

Para se lidar com toda essa mobilidade e vitalidade daquilo que se entende como públicos de uma organização, é preciso, portanto, ter cautela quando da adaptação de conceitos, métodos e técnicas de uma para outra área do conhecimento (1995, p. 135).

Existe, segundo Andrade (2001, p. 13), uma corrupção do termo público. Diferente do que é entendido comumente, o público “não se trata de um simples agrupamento de pessoas voltadas para um acontecimento, tomando parte nele ou não”. Na definição aceita por estudiosos de comunicação, público difere da multidão e da massa por se tratar de um grupo de pessoas onde há abundância de informações e oportunidade de discussão (ANDRADE, 2001). O grupo de pessoas só se torna público de fato, então, a partir da discussão racional de controvérsias onde a organização deve estabelecer ou gerenciar o relacionamento com os indivíduos provendo informações.

Cabe às Relações Públicas a importante tarefa da formação de públicos junto às empresas ou instituições, levantando as controvérsias, fornecendo todas as informações e facilitando a discussão à procura de uma opinião ou decisão coletivas, tendo em vista o interesse social (ANDRADE, 2003, p. 20).

França (2006), ao analisar essa concepção psicossocial de Andrade, observa que tal afirmação só é válida em uma aplicação sociológica. Ao seguir a lógica de Andrade (2003), chega-se à conclusão que o profissional de Relações Públicas deve somente gerenciar conflitos, porém a profissão vai além disso, sendo, inclusive, atribuição importante que possíveis conflitos sejam identificados anteriormente a fim de que não emerjam. França (2008) mostra a necessidade de manter relacionamento com todos públicos independente de conflito.

Ainda sobre a conceituação sociológica de públicos, o autor discorre:

Seu foco fica aquém do objetivo típico de relação empresa-públicos que não é, na maioria das vezes, apenas social ou de resolução de conflitos, mas de realização de negócios (*business relationship*), os quais são baseados em relacionamentos legais, políticos, mercadológicos, institucionais ou em contratos específicos (FRANÇA, 2008, p. 71).

O público, como é considerado hoje, para Andrade (2003), só surge após o advento dos meios de comunicação, ou seja, quando o transporte do pensamento a distância é possível. Não é necessária, então, contiguidade física para um grupo se tornar um público. O autor ressalta que devido ao permanente intercâmbio mundial de informações, “a opinião pública é hoje mais sensível e exigente” (p. 9).

A opinião pública forma-se no calor das discussões dos componentes do público e corresponde a uma síntese em que se apresentam diferentes e contrárias atitudes sociais acerca de uma questão que interessa, de alguma maneira, à comunidade (ANDRADE, 2003, p. 2).

Simões (1995) relaciona à opinião pública o conceito de expectativa e afirma que o “objeto de pesquisa das Relações Públicas é mais a expectativa do que a opinião formada” (p. 133). Entende-se, porém, que a expectativa é gerada a partir de ações anteriores, estabelecendo-se um conflito na medida em que a distância entre o que é suposto e o que é realizado se forma. Entretanto, ressalta que a pesquisa de opinião realizada na atividade de Relações Públicas difere qualitativamente de uma pesquisa de expectativa.

Estão na abrangência da esfera das Relações Públicas os grupos que possivelmente tenham ou venham a ter curiosidade ou inquietação com uma empresa específica. Devem receber uma informação extensa, tanto em volume como em profundidade. A reação dos grupos bem informados apresenta índices de lucidez e repercussão apuradas dos fatos, permitindo elevar o nível do diálogo a ser estabelecido. Isso reduz sensivelmente os atos demagógicos, fanáticos ou irrefletidos, patrocinados pelos grupos de pressão contrários àquilo que convém à unidade promotora do relacionamento (FORTES, 2003, p. 18).

Define-se público, então, como qualquer indivíduo ou grupo que mantém algum tipo de relacionamento com a organização, sendo a partir de uma relação

interna, como funcionários, externa, como os consumidores, ou as inúmeras frações entre esses. O profissional que gerencia esses relacionamentos é o relações públicas e o faz através de diversas ferramentas no âmbito da comunicação. Eventos é uma dessas ferramentas e pode ter vários objetivos, como estabelecer ou melhorar o relacionamento, dependendo do público de interesse.

3.2 RELAÇÕES PÚBLICAS E EVENTOS

Dentro das atribuições de um profissional de Relações Públicas, está o planejamento e organização de eventos. Esses eventos são ferramenta para a construção ou manutenção da boa imagem da instituição perante seu público. Giácomo (1997) lembra que a organização de eventos “como linguagem de comunicação, sempre existiu, mesmo antes da atividade profissional de relações públicas trazer sua contribuição para a sua melhor estruturação” (p.11).

Os eventos são acontecimentos que possuem suas origens na Antiguidade e que atravessaram diversos períodos da história da civilização humana, atingindo nossos dias. Nessa trajetória, foram adquirindo características econômicas, sociais e políticas das sociedades representativas de cada época (MATIAS, 2002, p.2).

Giácomo (1997) define evento como: “Acontecimento previamente planejado, a ocorrer num mesmo tempo e lugar, como forma de minimizar esforços de comunicação, objetivando o engajamento de pessoas a uma ideia ou ação” (p. 54). Como acontece com as palavras “Relações Públicas” ou “públicos”, a definição de “evento” depende da fonte buscada e do enfoque dado. Apesar das discordâncias, porém, é fato que pertence ao mix da comunicação, sendo ferramenta das relações públicas para atingir um público.

Matias (2002) reconhece a atividade como dinâmica, o que provoca modificações na sua conceituação conforme vai evoluindo. Apesar disso, o fator comum em todas as definições que a autora expõe é a busca por atingir o público-alvo, seja para estabelecer, recuperar ou manter o relacionamento com esses.

Dependendo da área, evento pode ser classificado como diversos acontecimentos, portanto é essencial diferenciar que evento em Relações Públicas “é um acontecimento especial, antecipadamente planejado, no conjunto de atividades de um programa de comunicações” (GIÁCOMO, 1997, p.12). Uma vez que o evento é destinado para atingir um público, a necessidade da presença do

profissional de relações públicas se torna mais visível, devendo ele ser responsável por todo o planejamento, como é exposto pela autora.

Apesar da Resolução Normativa nº 43 do Conferp afirmar como atividade privativa de Relações Públicas “conceber, criar, planejar, implantar e avaliar eventos e encontros institucionais que tenham caráter informativo para construir e manter imagem” (Art 3º, parágrafo IV), não é isso que acontece na realidade. Outros cursos, como o de Turismo, tomaram para si essa função, além dos promotores de eventos, que possuem variadas formações, porém não tem a preocupação do relações públicas no que se refere à imagem da empresa (CESCA, 2008).

Deve-se observar que ao dizer que o profissional de relações públicas é o mais competente para organizar eventos, Cesca (2008, p. 21) se refere aos eventos voltados para as organizações, não se “reportando a eventos sociais, cujo filão pode ser da competência de qualquer profissional”. O evento em Relações Públicas é, por excelência, voltado para o público, por isso é imprescindível a presença de um relações públicas no planejamento, uma vez que, como ressalta Giácomo (1997), esse profissional é especialista em públicos.

Giacaglia (2011) monta um perfil de gestor de eventos, listando e descrevendo suas características primordiais. Para a autora, nessa área, o profissional que tem visão estratégica se eleva a outro nível, deixando de ser operacional e aumentando suas chances de crescer profissionalmente. Mais que somente organizar o evento, a visão estratégica consiste em entendê-lo, saber por que acontece, como pode atingir os objetivos da melhor forma, e como se alia à visão da empresa e cria oportunidades.

As demais características descritas pela autora são: saber trabalhar sob pressão; saber lidar com problemas e saber lidar e liderar times com perfis diferentes (GIACAGLIA, 2011). Tendo em vista que a organização de um evento é um processo dinâmico que envolve muitas pessoas e está sujeito a falhas e imprevistos, essas atribuições são imprescindíveis ao gestor de eventos. Não é coincidência que essas características se assemelham com as características de um relações públicas, mostrando, mais uma vez, que este é o profissional mais preparado para o desenvolvimento da atividade.

Nas áreas de marketing e publicidade e propaganda é senso comum que o público é “fator determinante para o êxito de qualquer atividade promocional de engajamento a uma ação ou ideia” (GIÁCOMO, 1997, p. 73). Porém, em eventos, é

esperado mais do público, é esperado que sua participação seja ativa e interessada, pois o sucesso do evento depende disso, como expõe a autora. Então, para que isso ocorra, os interesses do público devem estar em sinergia com os objetivos do evento.

Trata-se de binômio indissolúvel para o sucesso de qualquer tipo de evento, uma vez que o seu 'consumo' não pode ser tratado da mesma forma que o simples impulso para a apropriação de um objeto qualquer. O sistema de comunicação ganha então dimensão maior porque exige dos receptores respostas contínuas que realimentam o processo do evento (GIÁCOMO, 1997, p. 74).

Para que os interesses do público estejam relacionados com o objetivo do evento, a autora apresenta a necessidade de, não só um “planejamento adequado à fátia do público-alvo adotado de forma superficial” (p. 76), mas de operacionalizar os elementos da psicologia da motivação. A teoria da motivação, apresentada por Giácomo, afirma que o indivíduo é pouco vulnerável a mudança de comportamento devido ações externas e que o importante é a pessoa se identificar com o tema do evento para que sua participação seja ativa e traga satisfação.

Aliado a isso, a autora lembra que não se mede o sucesso de um evento pelo número de participantes. Deve haver uma avaliação qualitativa e a satisfação do público interfere diretamente nessa questão. Ao diferenciar público-alvo de público de interesse, Giácomo (1997) considera “público de interesse como a parcela da população com necessidade específica e respectiva motivação, necessárias para o engajamento a uma ideia e/ou ação propostas por um evento” (p. 80), e compara público de interesse com público-alvo afirmando que: “O primeiro motivado atua, o segundo estimulado reage” (p.80).

Conclui-se, portanto, que a antiga noção de público-alvo, tradicionalmente utilizada por profissionais, em especial da área de relações públicas, na organização de eventos, e que tem se mostrado ineficaz em atingir objetivos que correspondam às necessidades da sua divulgação e da satisfação dos participantes - o de público de interesse - com o qual é possível diminuir a distância que existe entre temática e motivação e, no final das contas, erradicar o amadorismo que prevalece na análise de público (GIÁCOMO, 1997, p. 95).

Essa distinção se torna indispensável para o profissional de relações públicas que atua na área de organização de eventos, pois só assim ele “adquire a função de um agente social de dimensões políticas novas na medida em que sua tarefa de organizar pessoas em torno de um objetivo comum pode se concretizar efetivamente” (GIÁCOMO, 1997, p. 97). Torna-se evidente, então, a essencialidade

de definir um objetivo para o evento, pois, só assim, o público certo será identificado e as ações de comunicação serão desenvolvidas com maiores chances de sucesso.

A classificação de um evento leva em conta, inicialmente a natureza, que pode ser científica, cultural, esportiva, comercial, entre outras, como expõe Giácomo (1997). A feira, objeto a ser analisado neste estudo, tem natureza comercial, “é ampla, fixa e visa vender” (CESCA, 2008, p. 24). A autora ainda exhibe que o profissional de relações públicas, nesse caso, se apresenta mais como suporte ao pessoal de vendas, marketing e publicidade. Porém, como explicitado anteriormente, o relações públicas é fator indispensável para o planejamento de um evento, seja ele qual for.

O caráter comercial das feiras vem de muito tempo, sendo “uma das formas de comércio mais importantes da Idade Média” (MATIAS, 2002, p. 8). Elas tiveram origem a partir das necessidades básicas do ser humano, como comer e vestir-se, ainda de acordo a autora. Se desenvolvendo como oportunidade de comércio em escala crescente, as atividades produtivas.

Matias comenta que desde as feiras realizadas nessa época, o crescimento do mercado e do deslocamento de pessoas interessadas em “efetuar negócios, conhecer as novidades e até mesmo estabelecer contatos com outros povos” (2002, p. 10).

A autora define feira como:

Exibição pública com o objetivo de venda direta ou indireta, constituída de vários estandes, montados em lugares especiais, onde se colocam produtos e serviços (MATIAS, 2002, p. 66).

Zanchetta (2010) afirma a importância de se definir o tipo de feira que se pretende realizar considerando questões como abrangência - internacional, nacional, regional, municipal, etc; tipos de produtos oferecidos - geral ou especializada; vendas; e periodicidade - bienais, anuais, etc. As feiras ainda se subdividem em comerciais, industriais e promocionais. Todas têm o intuito de vender, diferenciando-se de acordo com o público que atingem. A primeira busca promover e vender, a segunda exhibe bens e serviços, mas os produtos não são comprados pelo público geral. O último tipo é focado num público mais específico, expondo produtos e serviços relacionados com o grupo (MATIAS, 2002).

Assim, conclui-se que existem diversos tipos de eventos e que o profissional de relações públicas é indicado para planejá-los. É importante identificar a natureza

do evento trabalhado para entender melhor seu objetivo. Feiras têm o objetivo de comercializar produtos. A Feira do Livro, objeto de análise desse estudo, como o nome já diz, vende livros. O capítulo seguinte é dedicado à descrição desse evento, assim como a análise do problema de pesquisa e a metodologia utilizada para tal.

4 FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE E ACESSIBILIDADE

4.1 METODOLOGIA

No presente capítulo serão apresentados os métodos e técnicas utilizadas durante a pesquisa para alcançar os objetivos propostos. A utilização de uma metodologia adequada agrega valor científico ao estudo, sendo de suma importância ter conhecimento dos métodos a fim de encontrar o que trará mais êxito à pesquisa. Como especifica Epstein (2009, p. 25): “Os recursos devem ser escolhidos de acordo com a sua capacidade de resolver as questões propostas e de acordo com os objetivos do pesquisador ou do operador”.

Apesar de terem o mesmo nome, procedimentos distintos se utilizam de técnicas diferenciadas de acordo com a abordagem preterida (EPSTEIN, 2009). Pode-se afirmar, então, que cada trabalho de pesquisa irá necessitar de adaptações nas metodologias aplicadas para que o propósito da pesquisa seja alcançado.

Dado os objetivos deste estudo de *analisar a acessibilidade física e comunicacional da Feira do Livro de Porto Alegre edição 2015*, verificando como e se o evento é pensado de forma inclusiva, ou seja, se prevê a circulação de pessoas com deficiência e como se comporta em relação a isso, optou-se pela utilização de pesquisa bibliográfica, estudo de caso e observação.

A pesquisa bibliográfica pautou as partes iniciais do trabalho, trazendo a base teórica que, como expõe Stumpf (2009), deve estar presente em qualquer trabalho de pesquisa. Esta metodologia consiste em estudar autores, seus pensamentos e teorias, agregar ideias próprias e opiniões na busca de um texto conciso que servirá como suporte para o estudo a ser desenvolvido.

Para estabelecer as bases em que vão avançar, alunos precisam conhecer o que já existe, revisando a literatura já existente sobre o assunto. Com isto, evitam desperdiçar esforços em problemas cuja solução já tenha sido encontrada (STUMPF, 2009, p. 52).

Visto que o objetivo deste estudo é uma análise sobre como se estrutura a acessibilidade na Feira do Livro de Porto Alegre, utilizou-se, também, o método de estudo de caso. Optou-se por essa metodologia, pois, segundo Duarte (2009a), ela é adequada quando se busca entender um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real. Sendo a acessibilidade um tema que ganha cada vez mais

espaço, como exposto no segundo capítulo, a observação do cenário se faz pertinente.

O estudo de caso deve ter preferência quando se pretende examinar eventos contemporâneos, em situações onde não se podem manipular comportamentos relevantes e é possível empregar duas fontes de evidências, em geral não utilizadas pelo historiados, que são a observação direta e série sistemática de entrevistas (DUARTE, 2009a, p. 219).

A autora ainda completa dizendo que o diferencial do estudo de caso é sua ampla variedade de evidências, como documentos, observação e entrevista, por exemplo, adquiridas através de diversas técnicas, sendo elas: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. As técnicas aplicadas para o desenvolvimento dessa pesquisa foram observação direta, entrevistas informais e análise de documentos, panfletos, mapas, entre outros.

A observação direta consiste na visita ao local estudado “e serve para fornecer dados adicionais sobre o tema em análise” (DUARTE, 2009a, p. 230). Entrevistas são importante fonte de informações, segundo a autora. Já Duarte (2009b) afirma que a técnica tornou-se clássica em ciências sociais, como sociológicas, comunicacionais e psicológicas, por exemplo. A entrevista tem como qualidade a flexibilidade que permite o entrevistador ajustar as perguntas e o entrevistado de respondê-las em seus termos, o que permite identificar diferentes jeitos de perceber e descrever um fenômeno (DUARTE, 2009b). Já a documentação é uma fonte de dados que pode assumir diversas formas e “é essencial para confirmar e valorizar as evidências encontradas em outras fontes” (DUARTE, 2009a, p. 230).

A observação da Feira do Livro de Porto Alegre aconteceu nos dias 6 e 7 de novembro, sexta-feira e sábado respectivamente, durante o período da tarde. Escolheu-se um dia de semana e um dia de final de semana para observar a Feira em momentos distintos. Na sexta-feira, por ser um dia de semana, é mais comum encontrar no local, escolas e poucas pessoas, já no sábado, como foi confirmado, espera-se que o público seja maior, tornando a circulação e a observação mais difíceis, porém propício para ver a realidade da pessoa com deficiência nesse cenário.

As entrevistas informais aconteceram previamente ao desenvolvimento do presente trabalho, a fim de auxiliar na escolha da metodologia e na coleta de

materiais. Os entrevistados foram Sônia Zanchetta, organizadora da Feira do Livro de Porto Alegre e funcionária da Câmara do Livro e Rodrigo Troyano, arquiteto responsável pelo projeto do evento. Tais entrevistas serviram de suporte, embasando as escolhas da autora, então não foram gravadas ou utilizadas na construção direta dessa pesquisa.

A análise de documentos se limitou aos materiais distribuídos no evento e para divulgação do mesmo. São eles: mapas, revistas e programação. A partir dessa análise, pode se observar como se dá parte da acessibilidade comunicacional da Feira do Livro de Porto Alegre.

Apresentada a metodologia utilizada, a seguir serão descritos e analisados os dados colhidos durante o estudo de caso. Será utilizado como base para análise o referencial teórico já apresentado nos primeiros capítulos.

4.2 ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NA FEIRA DO LIVRO

A Feira do Livro de Porto Alegre (FLPA) surgiu, em 1955, com o objetivo de popularizar o livro, e o mesmo segue até os dias de hoje, sendo a feira do gênero mais antiga em caráter contínuo no Brasil. Na época de sua concepção, poucos assalariados tinham condições de frequentar livrarias que eram vistas como estabelecimentos elitistas (ZANCHETTA, 2010), o que serviu de motivação para a criação do evento. Com o lema “Se o povo não vem à livraria, vamos levar a livraria ao povo” e desconto obrigatório sobre o preço de capa, a FLPA nasceu na Praça da Alfândega, local de grande circulação de pedestres (ZANCHETTA, 2010).

Com o mesmo objetivo prioritário, hoje, o evento agrega outros objetivos específicos, como: promover a valorização do livro e da leitura no imaginário popular; oferecer ampla programação cultural, de entrada gratuita, de interesse de todas as faixas etárias e segmentos da população; contribuir na capacitação de professores, bibliotecários, pais e outros interessados na mediação da leitura; promover o turismo cultural e o intercâmbio cultural e editorial; estimular e difundir a produção artística, literária, cultural, intelectual e editorial do Estado; colaborar para a inclusão social e buscar a acessibilidade universal no recinto da feira; entre outros (ZANCHETTA, 2010).

Em alinhamento com o que afirma Giácomo (1997) sobre a necessidade de que o interesse do público esteja de acordo com o objetivo do evento, Zanchetta (2010) ressalta que “a grandeza de uma feira de livros não depende de seu tamanho, mas das marcas permanentes que se pode deixar quanto à formação do hábito da leitura” (p. 14). Para que esse alinhamento aconteça, o público-alvo deve ser identificado e, com isso, outras questões, como o local, horário, período de realização, ambientação, atrações, livros a serem oferecidos, são determinados de acordo com o seu perfil.

A Feira do Livro de Porto Alegre é o maior evento do gênero promovido ao ar livre da América Latina, então sua infraestrutura é pensada por uma equipe multidisciplinar. Entre esses, engenheiros e arquitetos se encarregam do estudo da ocupação do espaço, elaboração do layout da feira, supervisão de montagem, instalações elétricas, ambientação dos espaços, entre outros, como expõe Zanchetta (2010). Entretanto, se pensarmos que “o layout da feira deve ser elaborado com muito critério para garantir a funcionalidade dos espaços e a boa visibilidade das atrações e das barracas” (ZANCHETTA, 2010, p. 34), percebemos a importância de outros profissionais atuando nesse campo.

A FLPA se propõe a ser um espaço acessível e de inclusão social, então deve atentar para diversos aspectos na montagem da sua estrutura e comunicação, assim como outros elementos durante a feira. Prevendo incluir pessoas com deficiência, a infraestrutura da FLPA é projetada sob orientação da Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social de Porto Alegre. Diversos aparatos de acessibilidade são previstos, como rampas, corrimões, banheiros químicos adaptados e outros equipamentos para facilitar a visita de pessoas cadeirantes ou com mobilidade reduzida (ZANCHETTA, 2010).

A Feira ainda se propõe a abranger outros tipos de deficiência, como cegueira ou surdez, por exemplo. Para fazê-lo, prevê a oferta da programação em Libras, computadores com o programa Virtual Vision e impressora em Braille. Dentro da programação cultural também são previstos espetáculos de teatro acessíveis, exibição de filmes com audiodescrição, contações de histórias em Libras, além de mesas redondas para a discussão do tema, de acordo com Zanchetta (2010).

Na programação cultural da feira, as atividades devem estar em harmonia com os objetivos centrais de popularizar o livro e promover a leitura. Dentro dessa

programação encontramos atividades de encontro com autores e especialistas, sessão de autógrafos, exposições, ciclos de filmes, espetáculos artísticos, entre outras (ZANCHETTA, 2010), assim visto que a Feira possui diversos vieses ligados à cultura, pode-se pensá-la como um produto cultural, mais que somente como feira.

Nas artes e na cultura, é crescente a participação das pessoas com deficiência as quais, durante anos, foram apenas retratadas e expostas. Contudo, esse protagonismo não pode ser restrito a essa modalidade, sendo necessário maior acesso à cultura, o que muitas vezes lhes foi restrito ou negado, devido às dificuldades de acessibilidade e do preconceito. Sassaki (1997) afirma que a inclusão das pessoas com deficiência nessa área também deve ter como objetivo o lazer. Ao mesmo tempo, Sarraf (2012) ressalta que pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida se tornaram um público potencial para espaços culturais.

Museus e instituições culturais, desde a segunda metade do século XX, movem esforços para afirmar seu caráter de agente de desenvolvimento social negando sua ligação original com as elites e com o poder, por meio do trabalho centrado no indivíduo e nas comunidades. As pessoas com deficiência, que durante séculos foram excluídas do convívio em sociedade, hoje representam uma população social e economicamente ativa que vem conquistando espaço na mídia, no ambiente acadêmico, no poder público e as manifestações culturais, contribuindo para novas formas de concepção de produtos e serviços que privilegiem a diferença, a ergonomia, a melhoria de qualidade de vida e a acessibilidade (SARRAF, 2012, p. 61).

Durante a observação, pode-se constatar a presença de pessoas com deficiência na Feira do Livro, assim como pessoas com dificuldade de locomoção, desde crianças até idosos. Na sexta-feira, um grupo de uma escola com crianças com deficiência se encontravam na área infantil e juvenil da FLPA. Dentre os jovens, pode-se notar a comunicação através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pessoas cadeirantes e pessoas com deficiência visual (Figura 1).

Figura 1 – Cadeirante na Feira do Livro



Fonte: Da autora

No restante da feira ainda se notou a participação de muitas pessoas com dificuldade de locomoção auxiliadas por muletas ou bengalas, dentre elas, idosos, adultos e jovens. Uma dessas jovens, retratada na Figura 2, estava, na ocasião, com o pé engessado e utilizava muletas para andar, o que nos mostra que não é necessário alguma deficiência para que estejamos em condição de desvantagem quanto ao ambiente. É interessante lembrar, também, que idosos, mesmo que sem a necessidade de amparo, têm maior dificuldade de andar em um piso irregular que um jovem sem nenhuma deficiência.

Figura 2 – Jovem com pé engessado



Fonte: da autora

O aumento da população idosa circulando em ambientes públicos dá-se devido ao aumento da expectativa de vida, como já mostrado no Censo 2010. Aliado a isso, o maior poder aquisitivo vem agregado a uma maior busca por atividades de lazer. Pessoas com deficiência também se encontram nesse cenário. Antigamente não era comum encontrar pessoas com deficiência circulando em ambiente público, já que eram encorajadas a permanecerem em casa ou em instituições de cuidado. Essa prática está, aos poucos, chegando ao fim, através da legislação vigente e uma lenta mudança cultural, assim, busca-se o fim do preconceito contra esses grupos e sua inserção plena na sociedade.

O evento conta com um espaço chamado Estação Acessibilidade. Nesse local existe uma programação totalmente voltada para a discussão da acessibilidade, sendo oferecidos colóquios, palestras, apresentação de teatro com tradução para libras, entre outras atividades e produtos, como comercialização de áudio-livros. Este espaço é administrado por uma consultoria em inclusão de

pessoas com deficiência⁴, oferecendo, inclusive, capacitação para os feirantes que desejam. O local é um espaço relativamente pequeno que, muitas vezes, serve de ponto de encontro. Oferecem, também, visita guiada para cegos e empréstimo de cadeiras de rodas, tudo gratuitamente.

Contudo, a acessibilidade do ambiente não diz respeito somente à pessoa com deficiência. Ao passar duas horas andando pela feira, eu, como jovem sem deficiência, já pude perceber a dificuldade e o cansaço inerente. Pessoas com qualquer dificuldade de locomoção ou condições atípicas que lhes torne o passeio mais cansativo, provavelmente, não permanecerão o tempo que poderiam visitando a Feira. No sábado, a dificuldade aumenta, uma vez que mais visitantes comparecem ao local e os corredores tornam-se abarrotados e extremamente difíceis de circular.

Diante disto, cabe-nos refletir sobre a ausência do “desenho acessível” e “desenho universal”. Dentro do paradigma da inclusão social, os conceitos que se referem ao desenho universal e desenho acessível referem todos os objetos físicos que nos cercam projetados e construídos de forma acessível, permitindo usufruir os mesmos com qualidade e segurança. Ou seja, o ambiente físico foi desenhado previamente e construído. Termos como “desenho sem barreiras” ou “arquitetura sem barreiras” também podem ser utilizadas para se referir a uma construção acessível que se define assim:

O desenho acessível é um projeto que leva em conta a acessibilidade voltada especificamente para as pessoas com deficiência física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla, de tal modo que elas possam utilizar, com autonomia e independência, tanto os ambientes físicos (espaços urbanos e edificações) e transportes (...) (SASSAKI, 1997, p. 145).

Assim, como todos nós podemos nos deparar com barreiras arquitetônicas em algum momento da vida, mesmo sem ter nenhuma deficiência, o desenho universal busca a extinção de qualquer barreira que possa dificultar ou impedir um indivíduo de exercer sua vontade de ir. Enquanto o desenho acessível é focado na acessibilidade para deficiências, o desenho universal é focado na acessibilidade para todos. Ou seja, o desenho universal é mais o mais apropriado, trazendo benefícios e minimizando o preconceito.

⁴ Desenvolver. Site: <http://desenvolver-rs.com.br/>

Os produtos e ambientes feitos com desenho universal ou inclusivo não parecem ser especialmente destinados a pessoas com deficiência. Eles podem ser utilizados por qualquer pessoa, isto é, com ou sem deficiência. É até possível que pessoas sem deficiência nem percebam, nesses produtos ou ambientes, certas especificidades que atendem às necessidades de pessoas com deficiência (SASSAKI, 1997, p. 147).

Durante o desenvolvimento do estudo de caso, pode-se constatar que o desenho universal não é empregado, pois não há um planejamento tornando o espaço mais acessível e aprazível para todos, ajudando a minimizar as dificuldades de qualquer pessoa. O chão do local onde a Feira é realizada, a Praça da Alfândega, é feito de pedras em estilo de calçada portuguesa (Figura 3) e paralelepípedos (Figura 4). Pode-se perceber a dificuldade de pessoas com deficiência em cadeiras de rodas de se locomover. Muitos contavam com a assistência de outra pessoa para empurrar sua cadeira e outros utilizavam cadeiras motorizadas (Figura 5), o que diminuiu em parte a dificuldade, porém os que não possuíam nenhum desses auxílios precisavam levantar as rodas da frente, se mantendo somente nas rodas traseiras, para que pudessem se movimentar.

Figura 3 – Calçada portuguesa



Fonte: da autora

Figura 4 – Chão de paralelepípedo



Fonte: da autora

Figura 5 – Cadeira Motorizada



Fonte: da autora

Acessibilidade está diretamente relacionada com autonomia e segurança. O ambiente acessível deve prover à pessoa com deficiência a oportunidade de transitar com segurança pelo espaço como desejar. O chão de paralelepípedo ou de calçada portuguesa obriga as pessoas cadeirantes a correr riscos ao fazerem a manobra descrita acima. Todos estão sujeitos a sofrer acidentes, porém o chão irregular amplifica essa chance. Pessoas com dificuldade de locomoção e as que necessitam do auxílio de bengalas, por exemplo, correm mais risco que uma pessoa dita normal no mesmo trajeto percorrido.

Aqui se percebe um grande conflito entre a realidade e as leis que definem o patrimônio histórico e cultural de uma cidade, pois as modificações necessárias ao ambiente físico e humano que, segundo Sasaki (1997) facilitariam o exercício do direito da pessoa com deficiência, não são possíveis de se executar, pois ferem as normas já debatidas sobre o patrimônio cultural.

Segundo consulta realizada, não é possível a colocação de tablado em todo o ambiente da feira devido ao orçamento reduzido, desta forma, talvez a solução mais eficiente fosse o empréstimo de cadeiras de rodas motorizadas, pois como foi observado, essas cadeiras facilitam a locomoção da pessoa com deficiência. Embora o Espaço Acessibilidade possua cadeiras para empréstimo, essas não são motorizadas, permanecendo a dificuldade.

Essas situações foram percebidas enquanto as pessoas com deficiência tentavam se locomover pela área onde se têm calçada portuguesa no chão. Nenhuma pessoa cadeirante sem auxílio foi vista na área com piso de paralelepípedo durante o período de observação, porém pode-se imaginar que a dificuldade seja maior. Além disso, pessoas que necessitam do auxílio de bengalas ou muletas também poderiam usufruir as cadeiras de rodas motorizadas, uma vez que o paralelepípedo dificulta ainda mais o andar dessa pessoa.

Deve-se ressaltar, porém, que alguns espaços são construídos em cima de um tablado. São essas áreas: a praça de alimentação, a área internacional (Figura 6), o teatro Carlos Urbim e os espaços Biblioteca Moacyr Scliar, Jardim do Chapeleiro Maluco (na área infantil), a praça de autógrafos, a casa do pensamento e a Estação Acessibilidade. Todos esses locais possuíam rampa de acesso, porém algumas se encontravam em péssimo estado, não cumprindo sua função (Figura 7).

Figura 6 – Área Internacional



Fonte: da autora

Figura 7 – Rampa com desnível



Fonte: da autora

Aqui cabe a reflexão sobre a falsa inclusão que é vista seguidamente na sociedade. Uma vez que se propõe a construção ou colocação de uma rampa para que pessoas cadeirantes possam alcançar os mesmos lugares que os demais, deve-se ter certeza que ela cumprirá seu papel de facilitadora de acesso. Quando

não se reflete sobre a necessidade daquele aparato e qual será sua função ou quem irá atingir, a inclusão não é verdadeiramente compreendida. A ação torna-se, então, somente uma solução temporária de integração, ou pior, um obstáculo perigoso.

Na sexta feira, um menino que utilizava cadeira de rodas (Figura 1) era auxiliado por outro sem deficiência física que empurrava sua cadeira pelo chão de paralelepípedo. No momento em que a pessoa com deficiência física desejou ir ao banheiro, foi solicitado mais auxílio, dessa vez, do professor. O banheiro era do tipo químico e adaptado para pessoas com deficiência física, porém foi constatado que só havia um desses banheiros em toda a Feira, localizado em uma ponta extrema. Para chegar até o banheiro, era preciso passar pelo chão de paralelepípedo da área infantil/juvenil, atravessando-a por inteiro.

A localização dos banheiros em um evento é muito importante, pois é altamente provável que as pessoas precisarão utilizá-los. Posicionar os banheiros na ponta extrema de um evento grande como é a Feira do Livro é falta de consideração com o público. Além disso, obrigar a pessoa com deficiência a percorrer toda a extensão do chão de paralelepípedos é não entender as necessidades dessa parcela do público. O ideal seria instalar os banheiros em uma área central da Feira, assim o acesso seria mais fácil para todos, ou ainda espalhá-los, tornando menor a caminhada das pessoas que transitam pelo evento, inclusive as pessoas com deficiência.

Outro fator considerável observado foi a altura das bancas. De acordo com a organizadora da Feira, Sônia Zanchetta, foi estabelecido que todas as bancas deveriam ter seus sebos à altura de, no máximo, 90 cm do chão, porém isso não foi constatado como verdadeiro. Algumas bancas eram muito altas, inclusive para pessoas de estatura normal e outras eram rebaixadas ou inclinadas (Figura 8), para facilitar a visualização por pessoas com deficiência, nanismo ou baixa estatura. Na área infantil, principalmente, pode se observar o maior número de bancas mais baixas, o que vai ao encontro do seu público.

Figura 8 – Banca rebaixada e inclinada



Fonte: da autora

Como já exposto, acessibilidade está diretamente relacionada com autonomia e independência. Quando as bancas são posicionadas de forma inclinada, a pessoa cadeirante ou com baixa estatura pode visualizar e escolher o produto que mais lhe interessa, sem depender de ninguém. O rebaixamento das caixas de sebos, assim como das bancas, mostra o reconhecimento da pessoa com deficiência como público de interesse. Essa ação valoriza o grupo sem causar prejuízos aos demais, sendo uma solução simples que somente traz benefícios. Infelizmente não se pôde observar todas as bancas com essa iniciativa.

Também se notou a presença de cabos utilizados para prender as tendas das bancas (Figura 9), evitando que voem. Alguns poderiam se tornar um obstáculo, pois se encontravam na passagem das pessoas. A fim de os sinalizarem melhor para evitar acidentes, eram, na maioria, envoltos em um material amarelo, o que possibilitou uma melhor visualização pelo público, uma vez que não é possível trocá-los de lugar. Obstáculos na área de circulação dificultam ainda mais a transição de pessoas com deficiência, porém se deve lembrar que são perigosos

para todos. A organização do evento deve estar atenta para essa situação e prover meios para minimizar possíveis incidentes.

Figura 9 – Cabos



Fonte: da autora

Infelizmente, por se tratar de um patrimônio, não é permitido que modificações no chão sejam feitas, ou seja, a pessoa com deficiência visual não terá o auxílio do piso tátil ao visitar a Feira do Livro. Esse piso também auxilia na sinalização de obstáculos, como bancos ou canteiros, dando mais autonomia ao indivíduo. Por outro lado, o piso em questão pode ser visto cada vez mais nas ruas da cidade, sinalizando um avanço na inclusão social de pessoas com deficiência.

No que se refere aos aspectos comunicacionais, ao solicitar materiais adaptados, no balcão de informações, e questionar sobre intérprete de Libras,

verificou-se a não existência de ambos, sendo ressaltado pela atendente que “não faz falta” (o intérprete), pois é possível a comunicação com uma pessoa com deficiência auditiva através da escrita. Cabe aqui chamar a atenção para o fato de que nem toda pessoa com deficiência auditiva sabe escrever, uma vez que português é, muitas vezes, seu segundo idioma. O atendimento de qualidade consiste em sanar as dúvidas do cliente e, às vezes, essa solução pode ser suficiente, porém nem sempre. A Estação Acessibilidade, que possui uma intérprete de Libras, pode auxiliar no atendimento, mas não é o canal oficial do Evento, ficando, portanto, uma lacuna importante a destacar.

O episódio descrito evidencia a presença constante da barreira atitudinal. Nesse momento cabe a reflexão sobre os cortes realizados na acessibilidade. É sabido que o país vive um período de crise onde estão sendo demandados cortes de orçamento. O questionamento é por que os primeiros cortes são feitos justamente na área relacionada à acessibilidade. Quando se cancela o intérprete de Libras, a rampa ou o material acessível está se dizendo “não” à pessoa com deficiência em benefício das demais. A existência desses aparatos é a diferença entre o indivíduo poder comparecer ao local ou não. Caso cortes sejam necessários, deve-se fazê-los em questões que afetarão a todos. Assim, não será só um grupo prejudicado, diminuído a discriminação contra as ditas minorias. Fica evidente aqui, embora subjetivo, o ‘menor valor’ atribuído a este sujeito em nossa sociedade.

O mapa da Feira também não é acessível. Além de não ser oferecido mapa tátil ou mapa ampliado para pessoas com deficiência visual, o mapa disponibilizado possui fonte muito pequena, o que dificulta a leitura (Figura 10). Durante a observação foi percebido a dificuldade das pessoas em ler o mapa, inclusive uma pessoa jovem tendo que apertar os olhos e aproximar o papel do rosto. Os mapas dispostos (Figura 11) pelo espaço da feira também eram de difícil leitura devido o tamanho da fonte, porém seu posicionamento foi feito em uma altura adequada, com o intuito de facilitar a leitura por pessoas cadeirantes ou com baixa estatura.

Figura 11 - Mapa da Feira do Livro afixado no local



Fonte: da autora

A programação da feira é distribuída em uma revista, onde também é possível encontrar outras informações, como o mapa da feira na versão preto e branco (Figura 12). Neste mapa, o grau de dificuldade na leitura aumenta. Na programação, todas as atividades onde estão previstas a tradução para Libras são sinalizadas (Figura 13). Apesar de ser um avanço a possibilidade da tradução, deve-se destacar que não são todas as atividades disponibilizam dessa ferramenta, ou seja, a pessoa com deficiência auditiva não pode participar de qualquer atividade.

Figura 13 – Programação com destaque na atividade com tradução para Libras

AGENDAMENTO DE TURNAS | REGISTRO CICLO HORA DO EDUCADOR | INFANTIL E JUVENIL | ADULTO | AUTÓGRAFOS | LIBRAS

31 DE OUTUBRO
SEXTA

9H
UM REINO TODO QUADRADO, DE CAJO RITER 
CONTAGÇÃO DE HISTÓRIAS PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS
No QG dos Pitocos

9H ÀS 12H
1ª FLA - PORTO LETURA ALEGRE
APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre
No Teatro Sancho Pança

9H ÀS 21H
CICLO A HORA DO EDUCADOR
1ª FLA - PORTO LETURA ALEGRE
Mostra de Projetos
Na Vitrine da Lettura

CICLO A HORA DO EDUCADOR
1ª FLA - PORTO LETURA ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE
Mostra de Projetos
Na Casa do Pensamento

DIA DAS BRUXAS, DOS SÁCIS E DE OUTRAS CRIATURAS HORRIPILANTES
MOSTRA DE LIVROS E CONTAGÇÃO DE HISTÓRIAS
Na Biblioteca Moacyr Scliar

10H30
O MACACO E A VELHA, DE IVO BENDER 
CONTAGÇÃO DE HISTÓRIAS PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS
No QG dos Pitocos

13H30
OFICINA: PRODUÇÃO TEXTUAL E NARRATIVA PARA INICIANTE - PROJETO PRODUÇÃO EDITORIAL EM AÇÃO
AUXILIAR E INCENTIVAR ESCRITORES INICIANTE, ATRAVÉS DE UMA INTRODUÇÃO TEÓRICA E EXERCÍCIOS
Participante: Luciana Minuzzi
Na Sala Noël de Meilo Freitas - COCEV

14H
HISTÓRIA DE QUEM CONTA HISTÓRIAS, DE LENICE GOMES E FABIANO MORAES 
CONTAGÇÃO DE HISTÓRIAS PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS
No QG dos Pitocos

14H ÀS 18H
APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
1ª FLA - PORTO LETURA ALEGRE
Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre
No Teatro Sancho Pança

15H
REVISTA SOBRE OS DIREITOS DOS EDUCADORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL
LANÇAMENTO DA REVISTA
Participantes: Mari Helena Kumpel da Silva e representante do 1º Núcleo do CPERS - Erachim Sindicato e 04º Núcleo do CPERS Sindicato - Cachoeira do Sul
No Auditório do Museu dos Direitos Humanos do Mercosul (Memorial do RS)

15H30
HISTÓRIA DE QUEM CONTA HISTÓRIAS, DE LENICE GOMES E FABIANO MORAES 
CONTAGÇÃO DE HISTÓRIAS PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS
No QG dos Pitocos

19H
ABERTURA OFICIAL 
PALAVRAS NA TELA - PARCERIA COM O CINE SANTANDER CULTURAL, ENTRADA GRATUITA
PORTO ALEGRE - 100 ANOS DE MÚSICA (SESSÃO COMENTADA)
Porto Alegre, de 1913 até hoje, pela visão de Arthur de Faria, num vôo em busca da música da cidade, seus diferentes ritmos e melodias e, principalmente, dos seus personagens.
No Cinema do Santander Cultural

01 DE NOVEMBRO
SÁBADO

9H ÀS 12H
CICLO A HORA DO EDUCADOR 
TEORIA E PRÁTICA DA FORMAÇÃO DE LEITORES
Para docentes e pós-graduandos - Iato xenu em Teoria e Prática da Formação de Leitores, da UERGS, e outros interessados.
Abertura - Ana Maria Bueno Accorsi
Saudação - Luís Augusto Fischer: A Literatura e os leitores (em vídeo)
1. A literatura brasileira e o ENEM: Gabriela Luft / 2. O professor leitor - Tania Röling / 3. O incentivo à leitura por meio da obra Orgulho e preconceito, de Jane Austen - Lurdes Denise Crispim Moreira
Na Casa do Pensamento

EXPEDIENTE:
Câmara Rio-Grandense do Livro
Praça Bocadão Dupl, 15 Conj. 1708 / 1709
CEP: 91030-190
Cerro Histórico - Porto Alegre, RS - Brasil
Fone/Fax: (51) 3286-4517
Camarãrio: www.camarãrio.com.br
www.camarãriodolivros.com.br

DIRETORIA GERAL 2014/2015
Presidente: Marco Antônio Ceres Lopes
Vice-presidente: Eduardo Rocha de Souza
Tesorero: Nelson Krick
Secretário: Antônio Ferreira
Representante Edições: Maximiliano Borden Leduc
Representante Distribuição: Rodrigo Morganti Barbaiz
Representante Livros: Gilmar Casoli
Representante Créditos: Gisele Mielha de Miranda

CONSELHO FISCAL
Rildo Brazolin
Gisela Bortolozzi
Vitor Márcio Zandoneneghi

SUPLENTE
Dora Pontikosi

COMISSÃO ORGANIZADORA
Marco Antônio Ceres Lopes
Eduardo Rocha de Souza
Nelson Krick
Antonio Ferreira
Maximiliano Borden Leduc
Rodrigo Morganti Barbaiz
Gilmar Casoli
Gisele Mielha de Miranda
Vitor Márcio Zandoneneghi
Dora Pontikosi
Mari Helena Bueno Accorsi
Janet Francisco Caribau

COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO AOS ASSOCIADOS
Gilmar Casoli
Mari Helena Bueno Accorsi

EDITORIAL GUA DA FEIRA DO LIVRO
Coordenação editorial:
Elaine Carmo Comunicação Empresarial (Mh 0150)
Editores: Eliana Corrêa e Karina Anzolin

Projeto Gráfico e Conceito:
Grupo Monte

Direção de Arte:
Vanessa Waga e Vinícius Montenegro

Impressão:
Gráfica Editora Polêdi

Agendamento de turnas e inscrição para atividades do ciclo A Hora do Educador: vls.bibliotecaonline.marah.org.br

Inscrição para oficinas: oficinas@comarca.rivoco.com.br

Informações gerais: 51 3286-4517

GUIA DA FEIRA DO LIVRO | 31 DE OUTUBRO A 01 DE NOVEMBRO DE 2014
www.feiradolivro-poa.com.br/ | [facebook.com/feiradolivrodeportolegre/](https://www.facebook.com/feiradolivrodeportolegre/) | twitter.com/feiradolivropoa

Fonte: Material da Feira do Livro de Porto Alegre 2015

Destaca-se, aqui, a escassez de atividades com tradução para Libras. Na imagem, vemos que no primeiro dia de evento, só há uma atividade com tradução

prevista, a da abertura oficial. Isso ressalta a falta de opções destacadas acima, sendo a pessoa com deficiência impossibilitada de escolher, ou seja, é menosprezada sua vontade e sua autonomia.

A conquista do direito de fato de frequentar ambientes culturais por pessoas com deficiência é recente. Algumas instituições ainda não se adaptaram para receber esse novo público, enquanto outras exercem a falsa integração. Não adianta o evento se preocupar em disponibilizar uma rampa para que a pessoa cadeirante possa acessar um espaço, se esse cuidado não será aplicado a outras áreas. A FLPA é grande e tem muitas bancas participantes, o que torna muito difícil a localização de uma específica no material. A elaboração do mapa não foi pensada para auxiliar o público como deveria, pois até pessoas sem deficiência encontram dificuldade de se localizar.

Os profissionais de comunicação trabalham para transmitir uma mensagem ao seu público. Quando o público ou parte dele não compreende o que foi passado, há uma falha na comunicação. É comum ver pessoas com deficiência tendo que se adaptar à “sociedade sem deficiência”, buscando formas de se comunicar. Contudo, quando ocorre essa falha, a culpa não é do receptor da mensagem, mas sim do transmissor, isto é, da sociedade. Pessoas surdas, cegas ou com deficiência intelectual não são obrigadas a entender a comunicação que não foi pensada levando em consideração suas necessidades. O comunicador deve sempre pensar no público que deseja atingir, sem esquecer que pessoas com deficiência frequentemente integram esse grupo.

A acessibilidade comunicacional consiste em uma comunicação para todos. Engloba intérpretes de Libras, materiais acessíveis, pessoas capacitadas para atender pessoas com deficiência intelectual, além de sinalização adequada no espaço, entre outros. A combinação desses elementos torna o ambiente mais apropriado para a circulação de todas as pessoas, independente de suas necessidades. Como seres sociais, a comunicação entre nós é uma questão de sobrevivência.

A inclusão de pessoas com deficiência nos espaços culturais, além de garantir o respeito à cidadania, onde todos que desejam, possam se beneficiar desse equipamento sem serem excluídos por diferentes formas de locomoção, cognição e percepção, é se mostrar atento às questões de seu tempo (SARRAF, 2012).

A quebra da barreira atitudinal, como a aceitação do público também é aspecto da acessibilidade e é, de acordo com Sarraf (2012), o principal desafio a ser superado, e está imbricado em todos aspectos verificados neste estudo. Porém, a implementação de “adequações ambientais de caráter físico e social têm o potencial de transformar os espaços culturais em ambientes mais acolhedores e inclusivos à diversidade humana” (SARRAF, 2012, p. 64).

Assim, só será possível a evolução da sociedade e o pleno exercício da inclusão social quando a barreira atitudinal for rompida. No momento em que a população se posicionar diferentemente em relação às pessoas com deficiência, a acessibilidade não será uma questão problemática. Uma vez que se entende que a inclusão social busca uma sociedade com participação plena de todos, sem privilegiar nenhum grupo, adaptações e construções adaptadas, piso tátil, pessoas capacitadas para atendimento, entre outras coisas, serão comuns e até demandadas pela população.

Em consequência, a pessoa com deficiência não será mais excluída do contexto social, podendo, finalmente, participar plenamente de todas as atividades. As demais barreiras, como a física ou comunicacional, serão rompidas também, uma vez que estão intrínsecas na atitudinal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho era analisar a acessibilidade física e comunicacional na Feira do Livro de Porto Alegre edição 2015. Diante disso, foram trazidos autores que discorreram sobre os assuntos: acessibilidade; deficiência; inclusão social; relações públicas; públicos e eventos. A pesquisa bibliográfica apresentou como está o panorama atual, assim como resgatou aspectos históricos pertinentes. O conceito de “acessibilidade” foi explicado e novos conceitos como “sociedade inclusiva” e “desenho universal” também foram trazidos, apresentando como se caracteriza um sociedade inclusiva.

Na transição de sociedade integracionista para inclusiva que vivemos, ainda notamos a presença de questões que impedem o avanço. É primordial que o reconhecimento das pessoas com deficiência como público seja compreendido e colocado em prática. Não se podem excluir parcelas da população somente porque demandam necessidades diferentes.

Uma vez que sejam rompidas as barreiras que impedem o progresso, a sociedade evoluirá para um estado onde todas as diferenças são respeitadas. A diversidade, apesar de inerente à espécie humana, ainda não é reconhecida em sua amplitude, sendo somente possível dentro de uma gama pré-estabelecida.

Durante anos as minorias foram e continuam sendo diminuídas e menosprezadas, entretanto são feitos alguns avanços através da luta protagonizada por esses grupos. Mas afinal, o que caracteriza uma minoria? Se pensarmos somente em relação a números, podemos identificar minorias que não são discriminadas, como pessoas de olhos verdes, por exemplo. A definição de minoria está irrigada de preconceito, pois se baseia na não aceitação da diferença mais marcante. Somos todos diferentes, porém existe um padrão dito normal que é aceitável e pessoas com deficiência não se encaixam nesse espectro.

Estabeleceu-se, também, em algum momento, que essas minorias identificadas não teriam os mesmo direitos dos demais, lhes sendo negada muitas vezes, inclusive, a vida. A diversidade não deve pautar quem é merecedor de oportunidades ou de privilégios. O não reconhecimento de uma parcela da população como dignos de direitos é dizer que eles não existem como seres

humanos perante a sociedade. A história nos mostra diversos casos onde o preconceito foi definidor de conduta, mas também exemplificou a sabedoria humana ao reconhecer esses erros e retificá-los. No mesmo sentido, espera-se que seja oferecido às pessoas com deficiência o que antes era negado.

A experiência desse trabalho evidenciou, através da observação da Feira do Livro de Porto Alegre, que a sociedade ainda não é inclusiva apesar das tentativas de integração. A elaboração de leis e o crescimento dos movimentos sociais, tanto em número quanto em visibilidade, nos mostra a sociedade caminhando para um desfecho satisfatório, porém lentamente. O primeiro passo para que a inclusão social seja plenamente implementada, é o reconhecimento da diversidade humana como natural e não determinante para a vida de uma pessoa. Somente quando compreendermos as necessidades de todos, seremos uma sociedade justa e plena.

Como futura profissional de comunicação, essa questão é de extrema importância para mim. Estudante de Relações Públicas acredito que os públicos são o que regem e ditam o mundo hoje. Embora sejamos orientados a identificar o público alvo a fim de maximizar o poder da comunicação, o grupo de pessoas com deficiência é comumente esquecido. Enquanto os profissionais não consideram essa parcela – ou tantas outras – um ciclo vicioso se perpetua. No momento que a comunicação não é pensada para atingir também pessoas com deficiência, as mesmas se sentem excluídas da sociedade. Isso gera a própria exclusão da pessoa, uma vez que não é quista, alimentando o preconceito e a discriminação.

A população de pessoas com deficiência recém está alcançando seus direitos mais básicos, então é natural que a acessibilidade em eventos ainda seja um tema novo. Eventos públicos, entretanto, deveriam estar mais atentos para essa questão, buscando soluções mais apropriadas para as necessidades desse grupo. A Feira do Livro é um evento consolidado no cenário porto-alegrense, então deve sempre premeditar a presença de públicos diversos e buscar a melhor forma de atendê-los.

É somente quebrando as barreiras e procurando soluções inovadoras para incluir as pessoas com deficiência na sociedade que isso será possível. Cabe a cada cidadão se conscientizar, buscando informações sobre o assunto. Uma vez que a população compreender que as necessidades das pessoas com deficiência não são exclusivas desse grupo, é que poderão aceitar essa e todas outras parcelas da humanidade como iguais, independente das suas diversidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Candido Teobaldo de. **Para Entender Relações Públicas**. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

ANDRADE, Cândido Teobaldo. **Curso de Relações Públicas: Relações com os diferentes públicos**. 6ª edição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ARANHA, M.S.F. **Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica**. Temas em Psicologia, número 2, 1995, pp. 6370. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acessado em outubro de 2015.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978**. Assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc12-78.htm>. Acessado em outubro de 2015.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. Disponível em

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Instrucao_Normativa_n_1_de_25_de_novembro_de_2003.pdf>. Acessado em outubro de 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acessado em outubro de 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015**, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acessado em outubro de 2015.

BRASIL. **População idosa do Brasil cresce**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2011/04/populacao-idosa-no-brasil-cresce-e-diminui-numero-de-jovens-revela-censo>>. Acessado em outubro de 2015.

BRASIL. **Vamos conhecer o Brasil: características da população**. Disponível em <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao>>. Acessado em outubro de 2015.

CARDOSO, Eduardo. **Recursos de acessibilidade em ambientes culturais: contextualização e aplicações**. In: CARDOSO, E.; CUTY, Jeniffer. *Acessibilidade em Ambientes Culturais*. Editora: Marcavisual, 2012, p. 38 – 59.

CESCA, Cleuza G. Gimenes. **Organização de Eventos: manual para planejamento e execução**. 12 ed. São Paulo: Summus, 2008.

CESCA, Cleuza Gimenes. **Relações Públicas: Públicos, Mercados e Nomenclaturas**. IN: CESCA, Cleuza Gimenes. *Relações Públicas e Suas Interfaces*. São Paulo: Summus. 2006, p. 17-36.

DISCHINGER, M., BINS ELY, V., PIARDI, S. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público.** Florianópolis: MPSC, 2012. Disponível em http://www.mpam.mp.br/attachments/article/5533/manual_acessibilidade_compacta_do.pdf>. Acessado em outubro 2015.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em Profundidade.** In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009 (b), p. 62 – 83.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. **Estudo de Caso.** In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009 (a), p. 215-235.

EPSTEIN, Isaac. **Ciência, Poder e Comunicação.** In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009, p. 15-31.

FORTES, Waldyr Gutierrez. **Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias.** 2ª edição. São Paulo: Summus, 2003.

FRANÇA, Fábio. **Públicos: como identificá-los em uma nova visão estratégica.** 2ª edição. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2008.

FREITAS, S. N. (2009). **O direito à educação para pessoas com deficiência: considerações acerca de políticas públicas.** In Baptista, C. R. & Jesus, D. M. (org). Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação.

GIACAGLIA, Maria Cecília. **Gestão Estratégica de Eventos: teoria, prática, casos e atividades.** São Paulo, SP: Cengage Learning, 2011.

GIÁCOMO, Cristina. **Tudo Acaba em Festa: evento, líder de opinião, motivação e público**. 2ª edição. São Paulo: Scritta, 1997.

MATIAS, Marlene. **Organização de Eventos: Procedimentos e técnicas**. 2ª edição. Barueri: Manole, 2002.

PEREIRA, Ana Cristina. **Inclusão de pessoas com deficiência no trabalho e o movimento da cultura organizacional: análise multifacetada de uma organização**. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

SARRAF, Viviane. **Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais**. In: CARDOSO, E.; CUTY, Jeniffer. *Acessibilidade em Ambientes Culturais*. Editora: Marcavisual, 2012, p. 60 – 78.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas: função política**. 3ª edição. São Paulo: Summus, 1995.

STUMPF, Ida Regina C. **Pesquisa Bibliográfica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009, p. 51-61.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acessado em outubro de 2015.

ZANCHETTA, Sônia. **Organizações de feiras de livros**. 3ª edição. Porto Alegre: Câmara Rio-Grandense do Livro, 2010.